

Campanha tenta levar credores a baixar juros

ARNOLFO CARVALHO
Da Editoria de Economia

O pronunciamento do ministro Delfim Netto em defesa de "melhores condições" para o pagamento da dívida externa brasileira enquadra-se na campanha desencadeada na semana passada pelo governo, para sensibilizar os credores através da imprensa. Ainda ontem o ministro Ernesto Galvães reforçou a idéia na reunião dos países em desenvolvimento que integram o Fundo Monetário Internacional, em Washington.

O espírito da campanha é claro: aproveitar que o Brasil está cumprindo pela primeira vez o "programa de ajustamento" combinado com os credores, pelo menos no primeiro trimestre, e preparar o terreno para a próxima rodada de conversações com os banqueiros, até meados do ano, quando teria início a negociação da dívida a vencer em 1985. A hora escolhida também tem seus moti-

vos: a alta dos juros internacionais, nas últimas semanas, criou novos temores para credores e devedores.

Não se trata, entretanto, de uma posição nova do governo brasileiro, em favor da "renegociação ampla" que inclua tanto o principal — como vem sendo feito nos dois últimos anos — como também a parcela de juros devida anualmente (US\$ 11 bilhões só em 1984). Há um consenso dentro da equipe econômica de que a comunidade financeira internacional só aceitaria este tipo de renegociação a partir da definição do novo governo, que tomará posse em 1985. É a hipótese da chamada "argentinização" da rolagem da dívida externa, que ficaria para o próximo presidente da República.

Este consenso não impede que os ministros Delfim e Galvães joguem desde já com o exemplo da Argentina — recentemente "socorrida" pelo Brasil e outros países, para salvar o interesse dos bancos credores norte-americanos — para

clamar por uma igualdade relativa de condições. A idéia é simples: se a Argentina — que nem firmou acordo com o FMI até agora, e muito menos está cumprindo os tais "programas de ajustamento" — pode obter prazos mais longos e juros mais baixos para rolar sua dívida de US\$ 42 bilhões, por que o Brasil não pode ter o mesmo tratamento?

O resumo do que os ministros querem é isso — juros um pouco mais baixo do que as taxas médias de 15 ou 16% que o Brasil vem pagando, ao lado de prazos superiores aos oito e nove anos obtidos da última vez, para pagamento dos novos empréstimos. É provável até que tenhamos alguma melhoria nas condições, mesmo porque o Brasil e o México são os dois devedores mais bem-comportados aos olhos dos Estados Unidos, mas dificilmente os prazos serão ampliados e os juros rebaixados apenas por causa das reclamações dos devedores.

Os próprios banqueiros, ao lado do governo ameri-

cano, parecem se dar conta há algum tempo do risco que estão correndo, na medida em que altas taxas — mais do que prazos, em alguns casos — oneram tanto o serviço da dívida, e exigem uma sangria de recursos tão grande nas economias em desenvolvimento, que contribuem para aumentar a recessão e desestabilizar politicamente os países. Ou seja, eles mesmos já admitem oferecer as "novas condições" reclamadas.

Só que há uma nítida consciência no caso brasileiro do pouco alcance deste tipo de solução parcial. Para reforçar isto está ai o exemplo argentino, onde o governo tem basicamente enrolado os credores para ganhar tempo, sem aceitar o "programa de ajustamento" do FMI por causa de suas consequências recessivas. E o próximo governo brasileiro terá que partir mais cedo ou mais tarde para a renegociação global, dos juros e do principal, se quiser ter fôlego para reativar internamente a economia.